

# O DOCUMENTO HISTÓRICO COMO FONTE DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

**Deneide Teresinha de Carli**

Bacharel em Biblioteconomia e Graduanda no de Arquivologia  
pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
deneideteresinha@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o documento histórico e suas conceituações. Desta forma, pesquisa e examina questões relacionadas à memória e os conceitos que possam esclarecer o que é documento, documento histórico, patrimônio documental cultural e suportes informacionais, utilizados pelo homem ao longo da história. Também, os tipos de fontes utilizadas para a pesquisa histórica e a responsabilidade dos historiadores na construção da história. A seguir, passa a discutir os problemas referentes à preservação de documentos de arquivo quanto ao suporte, aos avanços tecnológicos e às mudanças nos meios de comunicação. Metodologicamente, o trabalho, no seu contexto de investigação, apoia-se em obras de autores como Prost, Le Goff, Rossi e Meneses. Para concluir, apresenta uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelos profissionais arquivistas, bibliotecários e historiadores encarregados de selecionar os documentos para preservação permanente, quanto o quê selecionar e para quem.

**Palavras-chave:** Documento Histórico. Preservação e Memória. Suportes Informacionais. Fontes Documentais.



## 1 INTRODUÇÃO

Pensar em questões relacionadas à memória é, quase sempre, pensar em um local de guarda de documentos por meio dos quais seja possível fazer uma reconstrução da história humana. Essa reconstrução faz-se através de associações de fatos ocorridos. É uma forma de rever o passado no momento presente. Pensar em memória também nos remete ao passado. Para entender o significado de “passado” neste contexto, recorre-se às observações de Stille (2005, p. 388),

O passado é apenas a memória ou o resíduo de coisas que existem agora, no momento presente, uma construção mental – simplificada, colocada em ordem ou ornamentada – que frequentemente atende às necessidades do momento atual [...].

A memória é, segundo Chaui (2000, p. 126), “inseparável do sentimento de tempo ou da percepção e experiência do tempo, como algo que escoar ou passa”. É através da memória que se constrói a identidade de um povo, de um país. Para manter vivas a memória e a história de um país, é preciso preservar aquilo que foi registrado em diferentes suportes informacionais, ou seja, preservar o chamado “patrimônio cultural documental”. Nas palavras de Pavezi (2010, p. 27),

A preservação e o apreço do patrimônio cultural permitem a sociedade defender sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural.

O significado e o valor do patrimônio cultural de um povo, expressa-se através do Icomos Brasil (1985, p. 4),

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.

Mas será que é possível preservar todo o patrimônio cultural documental produzido e registrado? A resposta a esse questionamento será apresentada ao final deste trabalho.

Além disso, questiona-se sobre a necessidade e a possibilidade de guardar na memória todos os acontecimentos históricos. Rossi (2010), em seu texto “Lembrar e esquecer”,

adverte sobre coisas e situações diárias as quais não se pode esquecer. O autor cita alguns exemplos como os cemitérios, lugares marcados por grandes tragédias, lugares relacionados às guerras etc. que remetem a imagens que, de alguma forma, ativam a memória tanto individual quanto coletiva. Portanto, a memória como forma de se construir uma identidade, não está somente atrelada ao passado.

E quanto às formas de “apagamentos”, Rossi (2010, p. 32) diz que “apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade”. Exemplos disso se encontram em movimentos de “contrarreforma”, nos resultados da Inquisição, e em períodos de tiranias e guerras, nos quais obras foram destruídas, pensadores foram presos, torturados, esquecidos em masmorras, condenados e outros queimados em fogueira.

Os “apagamentos” da era contemporânea também não são muito diferentes. Marcada por censuras, apagamentos, ocultações e sumiços, condenações, obras inteiras de história reescritas, apagando ou trocando os nomes dos heróis de um período, manipulando acontecimentos, livros publicados com conclusões diferentes das originais, tudo isso numa tentativa de construir um passado mais adequado ao presente ou aos interesses do poder. O autor destaca ainda, um evento marcante da história que é a tentativa de apagar a memória dos sobreviventes dos campos de concentração (ROSSI, 2010).

## **2 O DOCUMENTO COMO MONUMENTO**

Quanto a documento histórico, para se chegar a uma definição, é necessário primeiro reconhecer o que é documento e como tem sido considerado ao longo do tempo. Atualmente, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional (2005, p. 65), documento é a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte”. Para Paes (2004, p. 26), documento é o “registro de uma

informação independentemente da natureza do suporte que a contém”.

Sendo assim, por volta do final do século XVII, os documentos eram considerados monumentos. Essa denominação tem apoio de Jacob-Nicolas Moreau citado por Le Goff (1990, p. 537, grifos do autor),

Baseado em *monumentos* do meu depósito, empreendi a história da nossa constituição e do nosso direito público [...] o nosso direito público, uma vez fundado em fatos e *monumentos* reconhecidos, estará mais do que nunca ao abrigo das vicissitudes que produz o arbítrio [...].

Essa denominação aparece, ainda, em obras publicadas em 1831, 1853 e 1876 e é reforçada por Le Goff (1990, p. 539, grifos do autor) quando menciona que

Na historiografia institucional de todos os países europeus encontram-se, no século XVIII, as duas séries paralelas de *monumentos* (em declínio) e de *documentos* (em plena ascensão).

Com base em Le Goff (1990, p. 540-541, grifo do autor), houve um alargamento do conteúdo do termo documento para a explosão a partir dos anos 1960.

O registro paroquial, em que são assinalados, por paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada das “massas dormentes” e inaugura a era da documentação de massa.

Na fase de considerar o documento como monumento, um fato marcante foi à descoberta, por volta do século XVII, de documentos falsos. Com o objetivo de discernir documentos verdadeiros dos falsos, o monge beneditino Jean Mabillon (1632-1707) publica, em 1681, a obra *De re diplomatica* e surge aí um novo olhar: a crítica aos documentos de arquivo. Le Goff (1990, p. 543, grifo do autor) cita que “Naquele ano de 1681, o ano da publicação do *De re diplomatica*, uma grande data na história do

espírito humano, foi definitivamente fundada a crítica dos documentos de arquivo.”

### **3 OS TIPOS DE SUPORTES UTILIZADOS PARA REGISTRAR AS INFORMAÇÕES**

Ao longo da história, as informações registradas passaram por diversos suportes. Na Antiguidade e na Idade Média, o homem utilizou inúmeros meios, técnicas e equipamentos para resguardar seus registros. Yamashita e Paletta, (2006, p. 173) citam que,

Foram muitos os suportes utilizados para disseminação do conhecimento humano: pedras, ossos, placas de bronze, tabuletas de argila ou cera, papiros, peças de linho, seda, pergaminhos, fotografias e papel tal qual o conhecemos hoje.

Além dos suportes antigos citados, a evolução fez surgir outros como:

[...] discos, fitas magnéticas, disquetes, microfilmes, *dvds*, *cds*, fitas de vídeo, [e mais recentemente, *pendrive*, bancos de dados e arquivamento em nuvens]. É preciso reforçar nossa atenção para a melhor forma de se conservar o conhecimento humano produzido e registrado, sob forma de manuscritos ou impressão em suporte papel. (YAMASHITA; PALETTA, 2006, p. 173)

O papel talvez ainda seja o suporte mais utilizado como fonte de registro da informação. Da Idade Média aos dias atuais, o processo de fabricação do papel sofreu inúmeras modificações. Por longo tempo, o papel produzido e disponível por preço acessível, continha muita acidez e baixa qualidade, dificultando, dessa forma, a capacidade das bibliotecas e arquivos garantir vida longa aos seus acervos.

Para Yamashita e Paletta (2006, p. 173), “a rápida deterioração da maioria dos livros e documentos é o subproduto mais visível dos muitos fatores que se combinam para ameaçar a longevidade dos registros de informação”, incluindo aí, os

documentos considerados históricos e muitos deles corroídos por agentes físicos, químicos ou biológicos.

O advento da imprensa, ainda durante o Renascimento, pela revolução de Gutenberg (1400-1468) e a Revolução Industrial no século XIX, causaram um profundo impacto, propiciando o crescimento e a difusão de documentos escritos. No século XIX, surgiu a invenção da fotografia. Depois, na primeira metade do século XX, surgiu o audiovisual, o cinema, o rádio e a televisão. Já na segunda metade do século XX veio a “explosão” do desenvolvimento da informática. E, no final do século XX e início do XXI, uma “explosão” ainda maior da disseminação de informações através da *internet* e das mídias digitais (CASTRO, 2008).

Diante disso, percebe-se que houve uma transformação considerável, nos últimos anos, no uso do suporte de armazenamento da informação, cada vez mais acessível a diferentes grupos sociais. E a sociedade passa a viver a era da informação e do conhecimento e a perceber a velocidade com que as coisas mudam por causa do avanço desenfreado da área tecnológica, principalmente da informática.

É possível destacar algumas transformações relevantes na área das comunicações, por exemplo, e acontecimentos que, por si só, são históricos e, ao mesmo tempo, vão sendo registrados em documentos. Pode-se, assim, destacar as transformações ocorridas nos meios de comunicação como sinal de tv a cabo, redes de satélite, vídeo portátil, gravador doméstico, microinformática, telemática, telefone celular e, recentemente, redes digitais integradas, televisão de alta definição enriquecida pela multimídia (som e imagem com alta qualidade), redes sociais etc.

E é evidente que todas essas transformações provocam impactos tanto na vida pessoal quanto profissional. Na vida pessoal, exposição de certas informações consideradas íntimas, invasão de privacidade. Na vida profissional, a substituição do homem pelas máquinas: perda de mão de obra e, ao mesmo tempo, exigência por qualificação para atuar em novas funções (VILLAÇA, 2002).

## 4 O DOCUMENTO HISTÓRICO

Com tantas transformações ocorridas ao longo da história, houve também modificações nesse processo de produzir e registrar, preservar e disponibilizar informações. E conceituar o que são documentos históricos é algo que, em si, também tem uma história: houve conceituações ao longo dos séculos, desde relatos dignos da confiança daqueles que o citavam, passando pelas manifestações oficiais escritas e reconhecidas como tal por grupos e instituições de saber.

A partir dos documentos históricos pode-se desvendar parte do passado, pois em sua essência é possível identificar impressões do período em que foram produzidos, mesmo que da forma mais subjetiva possível, tornando os acontecimentos imortais aos olhos dos que analisam esses fragmentos. Porém, o documento torna-se histórico diante dos argumentos ou da pergunta que é feita pelo historiador/pesquisador, do significado e da interpretação que lhe é atribuído, como por exemplo, a Carta de Pero Vaz de Caminha ou o Diário de Anne Frank.

O documento histórico é, assim, uma construção permanente, pois, para Karnal e Tatsch (2009, p. 12), “resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação. Em decorrência da ideia anterior, todo documento histórico é uma construção permanente”. Ainda para Karnal e Tatsch (2009, p. 21),

[...] um documento é dado como documento histórico em função de uma determinada visão de uma época. Isso introduz no conceito de documento um dado importantíssimo: o documento existe em relação ao meio social que o conserva.

De acordo com os argumentos de Karnal e Tatsch (2009, p. 24),

Em síntese, documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita.

Assim, documentos históricos são documentos que tiveram muita importância na história ou que contenham fatos importantes.

Mas não é somente considerado documento histórico aquele conteúdo contido em suporte de papel. Independentemente do suporte, qualquer objeto pode ser considerado documento histórico.

Tanto quanto as joias da coroa, os objetos do *kula* não valem pelo uso prático, “pois são possuídos pela posse em si”. Posse que transfere glória e fama. “Podem ser feios e inúteis e, segundo os padrões correntes, possuir muito pouco valor intrínseco, porém, só o fato de terem figurado em acontecimentos históricos e passado pelas mãos de personagens antigos os constitui em veículo infalível de importante associação sentimental e passam a ser considerados grandes preciosidades”. (MALINOWSKI, 1976, p. 80 *apud* MENESES, 1998, p. 93-94, grifos do autor)

Além de possuir valor sentimental, podem ser, de acordo com Meneses (1998, p. 95), “[...] fontes excepcionais para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto, precisamente, objetos históricos”. Na continuação, o autor expressa a forma como um objeto torna-se um documento:

O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. (MENESES, 1998, p. 95)

O autor prossegue, afirmando que

No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento, e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação.

E, assim, pode se fazer história de tudo. Para Prost (2010, p. 74), é possível fazer história de tudo, basta fazer questionamentos, colocar uma questão e construir um objeto histórico. Porém, “o valor da história depende do valor de sua questão”. A questão histórica proposta pelo autor refere-se aos fatos que só podem ser construídos quando existe a ideia de vestígio, fontes e documentos. Quanto a vestígios, Farge (2009, p. 20) acrescenta: “Milhares de vestígios [...] é o sonho de todo pesquisador”.

Quando se trabalha com documentos oficiais produzidos e preservados pelo estado, enfatiza-se a história dos grandes homens, das guerras, dos acontecimentos políticos e sociais. Mas, ao dar um novo enfoque aos mesmos documentos, questionando o predomínio da história, outras explicações podem surgir. A interpretação de um documento é tão importante quanto o documento em si. Quando os documentos oficiais só dão conta da história daqueles com poder, nota-se que a própria noção de documento precisa ser alterada. De outra maneira, desconsidera-se o estudo, por exemplo, da história de quem não tem poder, como a história da cultura de cada povo, das religiões e uma infinidade de práticas e relações humanas. Para esses novos objetos de estudo, novos documentos surgirão, produzindo novas interpretações para os mesmos fatos. Assim,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento [...] permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 545)

Logo, independente do recorte e do enfoque, o trabalho do historiador está intimamente relacionado ao estudo de documentos, registros ou vestígios das mais diversas formas,

deixados por pessoas que viveram em outras épocas. Esses registros podem estar escritos ou não, pois

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. (FEBVRE, 1949, p. 428, *apud* LE GOFF, 1990, p. 540)

Entram nesse rol os registros em cartórios, diários, objetos, edificações, testemunhos, livros, pergaminhos, papéis, couro, ou qualquer outro suporte, oficial ou não, desde que possa ser datado. Mas podem ser também pinturas, músicas, correspondências, certidões de nascimento, relatos de viajantes, novelas, plantas de cidades, registros materiais etc. Em suma, tudo o que foi criado ou modificado pelo homem, desde que tenha sobrevivido ao seu tempo, pode servir como documento, fonte de estudo para o historiador. Ou nas palavras de Le Goff (2003, p. 537): “O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento... que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente”.

Portanto, o documento histórico é prova do real e tem muito a dizer sobre a forma de pensar e agir da sociedade que o gerou. Todo documento tem uma intenção e as linguagens usadas pelas sociedades para expor seus valores e ideias variam de acordo com o momento histórico de sua produção. Para captar essas subjetividades, o historiador/pesquisador deve seguir algumas “leis” durante o processo das suas pesquisas. Isso é, deve definir sua escolha, suas metas, ao partir para a análise e a interpretação das fontes, dos fatos e dos documentos, considerando:

A primeira lei é que o historiador jamais deve se atrever a registrar o que é falso; a segunda, que jamais deve se atrever a ocultar a verdade; a terceira, que não deve haver suspeitas de favoritismo ou preconceito na sua obra. (SAGAN, 1996, p. 220).

Entre os tipos de documentos já mencionados, figura, também, o filme histórico. É uma forma de documento produzido em determinado tempo e espaço que recebe todas as influências de sua época e de seu criador, expondo intenções implícitas ou explícitas, sejam políticas, artísticas ou culturais. Para Bizello (2012, p. 95),

Tanto filmes de ficção como os de não ficção dialogam com a história, se não de maneira tão explícita como o filme histórico, dão visibilidade e representam o imaginário coletivo em um dado momento.

Nesse segmento documental, é preciso observar que, até mesmo os filmes que são classificados como documentários com o *status* de objetividade e realidade, estão sujeitos a mecanismos de indução, ocultação ou falsificação. Mas, independentemente da fonte para a pesquisa histórica – escrita, arqueológica, oral, imagética, fílmica – para que essa tenha legitimidade na construção do saber histórico, precisa passar pelo questionamento do historiador/pesquisador.

## 5 CONSIDERAÇÕES

Para concluir, retoma-se o questionamento feito ao início deste trabalho: é possível preservar todo patrimônio cultural documental?

A resposta apoia-se em experiências e reflexões próprias e nos conhecimentos de autores estudados. Concorde-se com a opinião de Castro (2008, p. 8, grifo do autor), segundo a qual “[...] não se pode preservar “tudo” porque toda preservação é seletiva”.

E essa preservação seletiva é um dos grandes desafios enfrentados pelos profissionais arquivistas, bibliotecários e historiadores.

As mudanças significativas ocorridas nos últimos anos, relacionadas ao suporte que agrega informações, também é um desafio para profissionais encarregados de selecionar, organizar e disponibilizar o quê e para quem. E, talvez, um desafio ainda maior é saber contornar os problemas advindos da mudança/migração de suporte que se fazem necessários e os problemas relacionados à sua preservação, muitas vezes relacionados a recursos disponíveis e a atualizações.

É necessário ter conhecimentos sobre as técnicas de preservação e conservação, produtos e materiais disponíveis no mercado e que podem prolongar a vida útil de um documento. Conhecimentos referentes ao aparato tecnológico devem ser utilizados, mas com cautela.

As fontes documentais, independentemente do suporte ou do gênero, são fontes de recuperação e preservação da memória coletiva e individual. Quanto a isso, Maia (2003, p. 1) esclarece que “preservar o patrimônio [...] é dever do estado e direito da comunidade, que pretende ver conservada a memória de fatos e valores culturais da nação [...]”.

Para finalizar este trabalho, cabe reforçar aos arquivistas, bibliotecários e historiadores, conscientes da importância de seu papel na sociedade, que participem ativamente do processo de preservação e de conservação dos documentos históricos e da construção da sua identidade histórica e memória institucional, social na qual esses profissionais estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Subsídios para um Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www>.

arquivonacional.gov.br/download/dic\_term\_arq.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

BIZELLO, Maria Leandra. Documentação imagética e memória. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 91-106.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, (Coleção Ciências Sociais passo-a-passo 82).

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

ICOMOS BRASIL – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Declaração do México – 1985**. Disponível em: <[http://www.icomos.org.br/002\\_001.html](http://www.icomos.org.br/002_001.html)>. Acesso em: 10 set. 2013.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história – A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 9-28.

LE GOFF, Jack. **História e memória**. Tradução de Suzana Ferreira Borges, Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Campinas: Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jack. **História e memória**. Tradução de Suzana Ferreira Borges, Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Campinas: Unicamp, 2003.

MAIA, Felícia Assimar. Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico. **Movendo Ideias**, Belém, v. 8, n. 13, p. 1-4, jun. 2003. Disponível em:

<[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos\\_revistas/214.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/214.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2013.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067/1206>>. Acesso em: 20 set. 2013.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PAVEZI, Neiva. **Arquivo fotográfico**: uma faceta do patrimônio cultural da UFSM. Santa Maria, 2010, 227 f. Dissertação (mestrado em patrimônio cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Santa Maria, 2010. Disponível em: <[http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2956](http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2956)>. Acesso em: 20 set. 2013.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, (Coleção História e Historiografia).

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. Tradução de Rosaura Eichenberg. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

STILLE, Alexander. **A destruição do passado**: como o desenvolvimento pode ameaçar a história da humanidade. Tradução de Tuca Magalhães. São Paulo: Arx, 2005.

VILLAÇA, Nízia Maria. **Impresso ou eletrônico? Um trajeto de leitura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

YAMASHITA, Marina Mayumi; PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 172-184, ago./dez. 2006. Disponível em: <[www.arquivistica.net](http://www.arquivistica.net)>. Acesso em: 20 set. 2013.

## **THE HISTORIC DOCUMENT AS A SOURCE OF PRESERVATION OF MEMORY**

**Abstract:** The purpose of this study is to reflect on the historic document and conceptions about it. It studies and examines issues related to memory and the concepts that can clarify what is a document, a historic document, documental and cultural patrimony and informational supports, which have been used by mankind throughout history. The types of sources used for historic study and the responsibility of historians in the construction of history are also addressed. It then discusses problems related to the preservation of archival documents, support, to technological advances and to changes in the communication media. Methodologically, the research is supported by the works of authors such as Prost, Le Goff, Rossi and Meneses. To conclude, it presents a reflection about the main challenges faced by professional archivists, librarians and historians responsible for selecting documents for permanent preservation, in terms of what to select and for whom.

**Keywords:** Historic Document. Preservation of Memory. Informational Support. Documental Sources.

*Originais recebidos em: 27/09/2013*

*Aceito para publicação em: 28/11/2013*

*Publicado em: 20/12/2013*